

REPERCUSSÕES DAS ORIGENS SOCIAIS NAS TRAJECTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO SUPERIOR

Rosário Mauritti

A presente comunicação toma como objecto um dos segmentos populacionais com maior protagonismo face aos processos de mudança em curso na sociedade portuguesa: os estudantes do ensino superior de licenciatura. Pretende-se analisar os efeitos das origens sociais no acesso à universidade e também na distribuição dos alunos por área científica e tipo de ensino.

Os dados que aqui são divulgados representam uma parte dos resultados apurados num estudo mais amplo, desenvolvido no quadro do CIES/ISCTE, o qual analisa as trajectórias sociais e as aspirações e expectativas de inserção social dos estudantes do ensino superior (em particular as de inserção profissional), bem como as correlações que se estabelecem entre estes dois vectores analíticos (cf. figura 1).

Nesta abordagem a inserção profissional é entendida como um caso particular da inserção social, resultando de um entrosamento complexo de mecanismos económicos com mecanismos institucionais e, também, socioculturais, onde a escola tal como a família de origem e os contextos alargados de sociabilidade em que os indivíduos se movimentam, por um lado, e a forma como se representam e como compreendem ou reinterpretem os seus contextos e as suas trajectórias, por outro lado, jogam um papel fundamental (cf. figura 1).

No quadro da presente comunicação, tomando por referência a família nuclear de origem dos estudantes (pai e mãe), privilegia-se a análise das propriedades (ou recursos) que melhor condensam dimensões fundamentais de estruturação do espaço das condições sociais de existência nas sociedades contemporâneas, e na diferenciação dos posicionamentos relativos (materiais e simbólicos) que os protagonistas sociais nele ocupam: os recursos económicos ou, mais especificamente, socioprofissionais e os recursos sócio-educacionais. Numa última vertente analítica, que atravessa as duas anteriores, são ainda abordadas as proveniências socioterritoriais dos estudantes, tomando em consideração a sua localização interior/litoral.

Através da observação articulada destas três dimensões de origem social, procura-se dar resposta a questões como: Qual a origem social dos estudantes? Que recursos sócio-educacionais detêm os seus pais? Como se qualificam em termos de “classe” e “fracção de classe”? Apresentarão uma estrutura de qualificações escolares e socioprofissionais semelhante à que se reflecte na sociedade portuguesa? De onde são provenientes? Em que medida os estudantes oriundos de regiões mais desfavorecidas, do interior de Portugal, têm uma menor probabilidade de aceder à universidade? Como se relacionam estas dimensões de classe social com as diversas variáveis relativas aos contextos escolares e perfis sociodemográficos dos estudantes?

Metodologia

Os dados que referenciam esta comunicação resultam da aplicação do Inquérito aos Estudantes do Ensino Superior, da autoria de uma equipa de sociólogos do ISCTE – João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. Desde 1985 que este inquérito tem vindo a ser aplicado a um leque cada vez mais alargado de licenciaturas. Os dados recolhidos ao

longo destes anos deram origem a diversos artigos considerados paradigmáticos na investigação sociológica realizada em Portugal.¹

Os resultados decorrentes da aplicação que ora se apresenta, tomam por base, pela primeira vez, uma amostra estratificada representativa do universo de estudantes do ensino superior de licenciatura, em Portugal. A amostra inclui 2000 aplicações referentes ao ano lectivo de 1998/99, as quais se distribuem de forma proporcional ao peso de cada estrato no universo.

Estratos da amostra	Categorias
Região	4 Norte, "Centro", "Lisboa e Vale do Tejo" e "Sul e Ilhas"
Área científica	7 "Letras e Artes", "Direito", "Ciências Sociais", "Economia e Gestão", Ciências Naturais e Matemática", "Ciências Médicas" e "Engenharias"
Tipo de ensino	2 "Público" e "Privado"

Origens sócio-educacionais

Numa primeira abordagem, a análise dos níveis de educação dos pais dos estudantes reforça a ideia de que em Portugal vivemos um processo profundo e inelutável de requalificação da população activa, associado ao alargamento da base social dos jovens que acedem ao mais alto nível de escolarização. Não chegam a 30% os pais que atingiram o ensino superior; sendo que, a maior percentagem de estudantes é oriunda de famílias cujo nível de escolaridade não ultrapassa os 4 anos – actual 1.º ciclo do ensino básico, aqui designado por "básico 1". Estão neste nível de ensino 28,8% dos pais e 31,6% das mães; enquanto 1,9% e 2,5%, respectivamente, não têm sequer qualquer nível de escolaridade.

Esta é no entanto apenas uma das leituras que podemos fazer dos resultados obtidos nesta dimensão, já que os segmentos mais escolarizados, pós-ensino básico, no conjunto representam 45,8% das frequências, um valor que se acentua no "pai" em cerca de dois pontos percentuais. Ou seja, constata-se assim que o perfil social dos núcleos familiares de origem dos estudantes está bastante longe de ser homogéneo no que respeita à detenção de recursos sócio-educacionais. Na verdade, o posicionamento relativo das famílias quanto a esta dimensão quase que se polariza entre os dois extremos (mínimos e máximos) da escala de classificações, já que é aí que se observa a maior concentração das frequências.

Por forma a avaliar até que ponto se estará aqui a evidenciar um alargamento da base social de recrutamento da população estudantil, e portanto, em parte, a "democratização do ensino", parece-me importante comparar as distribuições relativas dos níveis de escolaridade dos pais dos estudantes com as da população portuguesa.²

¹ Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4, pp. 11–44. Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, pp. 189–209. Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, n.ºs 105/106, Vol. xxv, pp. 193–221.. Casanova, José Luís (1993), *Estudantes Universitários. Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.

² Os dados relativos à população portuguesa são retirados do Censo de 81. Esta comparação parte do pressuposto que entretanto os pais dos estudantes não teriam regressado ao sistema de ensino, situando-se actualmente num grau de escolaridade equivalente ao que detinham então. Na referenciação ao escalão

Esta comparação é desenvolvida no quadro 1 a partir de uma dupla abordagem, ora tomando por referência o total das posições individuais detidas por cada um dos progenitores nesta matéria, ora assumindo o indicador familiar socioeducacional do grupo doméstico.

Na primeira abordagem os dados nacionais e os dados relativos às famílias dos estudantes tomam por referência a mesma unidade de análise, ou seja, o indivíduo. Na segunda, assume-se as percentagens de cada tipo de grupo doméstico, segundo as escolaridades combinadas do pai e da mãe, e atribui-se ao grupo doméstico familiar o nível de escolaridade do elemento que nesta matéria detém maior volume de recursos. Eventualmente poderia ainda procurar combinar as diversas situações de heterogeneidade entre o pai e mãe, distinguido as categorias em função do sexo do progenitor que domina a relação. Não o fiz devido ao facto de estas situações envolverem, em geral, diferenças apenas de um nível de escolaridade, as quais incidem sobretudo nos graus pós-ensino básico. O mais importante a reter é que nesta segunda abordagem a unidade de análise é o grupo doméstico, o qual, desta forma, é perspectivado como uma unidade familiar onde a partilha de recursos e estilos de vida, pode assumir configurações diferenciadas e diferenciadoras nas posições relativas (materiais e simbólicas) que os seus membros ocupam no espaço estrutural das classes sociais (Almeida, 1986).

Quadro 1 Origens sócio-educacionais dos estudantes, por comparação com a população portuguesa (em percentagem) e índice de recrutamento escolar

Níveis de escolaridade	Total pai e mãe	Grupo doméstico	População portuguesa 20-39 anos (1981)	IR (individual)E (familiar)	
Nenhum	2,2	1,3	3,7	1	1
Básico 1	30,2	22,8	58,8	1	1
Básico 2	9,1	9,6	9,1	2	3
Básico 3	12,7	11,6	12,1	2	3
Secundário	17,4	16,7	11,0	3	4
Superior	28,4	37,9	5,3	9	20
Total	100,0	100,0	100,0	-	-

As principais diferenças entre a abordagem individual e familiar situam-se nos níveis educacionais que concentram um maior volume de frequências: o básico 1 e o superior. Num e outro ângulo, a distância em relação à distribuição nacional é, no entanto, bastante acentuada.

Como podemos observar no quadro 1, os valores percentuais que mais se aproximam correspondem aos níveis básico 2 e 3, observando-se uma sobre-representação nos níveis seguintes, na amostra, a qual é particularmente incidente no superior (+ 23,1% quando assumo o total de posições individuais e +32,6% se me referencio à unidade familiar). Pelo contrário, nos graus mais desprovidos de recursos escolares sucede precisamente o inverso. Neste âmbito é de sublinhar os valores percentuais relativos à população que apenas atingiu o ensino primário (58,8%), valores bastante significativos, sobretudo se se tiver em conta que os segmentos da população aqui considerados correspondem aos subconjuntos mais escolarizados da população em idade activa. Estas percentagens estão bastante distantes das relativas à distribuição de frequências dos pais dos estudantes (com -28,6% e -36,0%, neste nível de escolaridade, conforme se assuma as posições individuais ou familiares, respectivamente).

Para tomar mais visível o contraste entre as duas distribuições (família de origem dos estudantes e população nacional) construiu-se um índice de

etário da população com 20-39 anos, assumimos ainda que seriam estas as idades em que muito provavelmente se situariam quando nasceram os filhos.

recrutamento escolar,³ o qual traduz a probabilidade relativa de indivíduos oriundos de grupos domésticos com recursos educacionais específicos acederem à universidade. Em ambas as abordagens, atribuiu-se o índice 1 aos valores mais baixos, neste caso os grupos domésticos desprovidos de recursos escolares, o qual se verificou corresponder aos grupos domésticos que não ultrapassaram o básico 1. Chegou-se assim à conclusão de que os indivíduos oriundos destas famílias, apesar de deterem um peso significativo no conjunto da amostra têm 9 a 20 vezes menos probabilidade de acederem à universidade do que os que são provenientes de grupos domésticos que atingiram o mais alto nível de escolaridade.

Confirma-se assim que, apesar do alargamento da base social de recrutamento da população estudantil, a selectividade social no acesso ao ensino superior é ainda muito grande, evidenciando-se simultaneamente na base, através da subrepresentação de estudantes oriundos de segmentos menos escolarizados, e no topo, pela sobre-representação dos níveis secundário e superior de escolaridade, relativamente à estrutura educacional da população portuguesa.

Origens socioprofissionais

Se o volume de capital escolar do núcleo familiar de origem fornece indicações importantes sobre as condições sociais de existência da população estudantil e respectivas trajectórias de vida, mais informativo ainda será analisar de que forma esses recursos integram a estrutura das diferentes formas de capital mobilizadas pelas famílias e, desta forma, captar a pluridimensionalidade das hierarquias sociais. Nesta perspectiva, proponho-me prosseguir esta apresentação recorrendo a indicadores particularmente decisivos na apreensão da estruturação das relações de classe nas sociedades contemporâneas: os indicadores de categorias socioprofissionais.

Nesta abordagem procurei equacionar simultaneamente dois ângulos de análise: o indicador socioprofissional de classe do pai e da mãe individualmente considerados, e do grupo doméstico familiar. Através da análise destes indicadores, e das interdependências que estabelecem entre si, e com as várias dimensões que venho explorando, é meu objectivo desenvolver, ainda que de forma aproximada, uma caracterização das origens sociais de classe dos estudantes.

No quadro 2 esta aproximação toma então por referência as localizações socioprofissionais individuais dos pais, comparando-as com a distribuição respectiva da população portuguesa.

Na continuidade das tendências evidenciadas quando analisava a hierarquia dos níveis de educação do grupo doméstico familiar, também aqui se verifica uma relativa polarização dessa população: de um lado situam-se os estudantes oriundos das categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais e de profissionais técnicos e de enquadramento (que concentram 53,9% das origens de classe dos estudantes); no outro os que do ponto de vista das origens sociais provêm de categorias mais desprovidas de recursos, como os empregados executantes e o operariado industrial (com 36,4% das frequências).

A categoria com maior representatividade nas origens sociais dos estudantes corresponde à que tende a mobilizar mais recursos educacionais: a nova classe média assalariada, onde se inserem os profissionais técnicos e de

³ A construção deste índice segue os procedimentos operatórios e conceptuais tomados na construção de um índice equivalente referenciado ao indicador socioprofissional de classe. Ver Almeida, Costa e Machado, 1988: 142-143 e Machado, Ávila e Costa, 1995: 112.

enquadramento, aquela que integrará muito provavelmente uma boa parte dos futuros licenciados.

Quadro 2 Classes sociais do grupo doméstico (indicador socioprofissional individual), por comparação com a população portuguesa e índice de recrutamento de classe (percentagem)

Classes sociais	Grupo doméstico			População portuguesa		IRC	
	Pai	Mãe	Total	1981	1998	1981	1998
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	26,5	12,5	20,2	4,7	10,9	16	5
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	30,4	37,6	33,7	8,1	12,3	15	8
Trabalhadores Independentes	11,2	7,9	9,7	17,7	17,8	2	2
Empregados Executantes	16,4	34,9	24,7	26,3	26,5	3	3
Operários Industriais	15,4	7,2	11,7	43,2	32,5	1	1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-

A tipologia classificatória proposta neste quadro foi retirada do trabalho de António Firmino da Costa, 1999. Corresponde à última actualização da matriz de determinação dos lugares de classe sugerida pela equipa que o autor integra com João Ferreira de Almeida e Fernando Luís Machado. As categorias socioprofissionais aqui contempladas sintetizam diversas combinações entre indicadores como a condição perante o trabalho, a profissão, a situação na profissão e a escolaridade. Neste âmbito, ver também Almeida, 1986; Almeida, Costa e Machado, 1988.

Embora iniciasse a análise com sete categorias, incluindo também os Agricultores Independentes e os Assalariados Agrícolas, a pouca representatividade dos estudantes provenientes destas categorias (respectivamente, com 1,2% e 0,3% de representatividade no total das distribuições), levou a que optasse por as agregar nas localizações de classe mais próximas, correspondentes aos Trabalhadores Independentes e aos Operários Industriais, respectivamente. O significado da quase ausência destas categorias tanto pode reflectir a diminuição do seu peso percentual no conjunto da estrutura social, como a existência de um processo de selectividade social que exclui da universidade os indivíduos que têm aí a sua origem social. Este poderá ser eventualmente o caso dos Agricultores Independentes, os quais, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, 1998, detêm um peso na estrutura de classes sociais de cerca de 11%, traduzindo um índice de recrutamento de classe de 0,4. Este índice sugere assim que nesta localização de classe mesmo o segmento melhor provido de recursos económicos evidencia uma forte dificuldade em aceder ao ensino superior, pelo menos ao nível de licenciatura.

Os dados sobre a estrutura de classes em Portugal relativos a 1981 resultam de uma construção que tem por base as informações apuradas no Recenseamento da População de 1981 (INE). Quanto aos dados respeitantes a 1998, obtidos através do Inquérito ao Emprego (resultados anuais), têm na base uma amostra construída a partir das Estimativas da População, também do INE. Para a construção do índice de recrutamento de classe seguimos as orientações de Almeida, Costa e Machado, 1988: 142-143 e Machado, Ávila e Costa, 1995: 112.

Quanto à categoria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, onde estão agregadas as várias fracções de classe da burguesia, tem também um peso percentual importante nas origens sociais dos estudantes (com 20,2%). Pode-se ver nesta presença duas tendências quanto ao tipo de trajectórias intergeracionais subjacentes, mediante as quais os futuros licenciados, ora se mantêm na mesma localização de classe que a família de origem, reforçando, eventualmente, a detenção da propriedade e de bens económicos com a acumulação de competências qualificacionais e organizacionais próprias da sociedade do conhecimento e da informação; ora tendem a posicionar-se na categoria de trabalhadores por conta de outrem melhor provida de recursos

profissionais (traduzíveis em posição de autoridade/autonomia, nível de rendimento, prestígio social, etc.).

Igualmente significativo, mas com sentidos inversos, é a presença de estudantes oriundos das categorias de trabalhadores independentes, de empregados executantes e do operariado industrial, cujo peso percentual na distribuição de frequências parece ilustrar a referida tendência de alargamento da base social de recrutamento da população estudantil. O significado destas presenças, como das restantes, carece, no entanto, de uma avaliação que tome em consideração o peso das respectivas categorias sociais no conjunto da população portuguesa.

No quadro 2 esta análise é desenvolvida por referência aos anos de 1981 e 1998. Uma vez que, neste caso, a informação disponível não está desagregada por escalões etários fui obrigada a tomar a população no seu conjunto. A opção por referenciar a comparação simultaneamente aos dois anos, prende-se com a possibilidade de entretanto os pais terem alterado as suas posições relativas na estrutura de classes sociais.

Se se tomar o índice de recrutamento de classe relativo a 1981, constata-se que os indivíduos com origem de classe na burguesia têm uma probabilidade de acesso à universidade 16 vezes superior à dos seus colegas que provêm do operariado. Esta probabilidade passa a ser de 5 para 1 se me reportar ao índice que tem subjacente os dados de 1998. Nos dois períodos, as diferenças nos índices de recrutamento de classe imputados às categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento parecem pois sugerir que, ao longo da trajectória de vida dos estudantes, se terão vindo a atenuar as clivagens sociais que opunham as categorias situadas nos extremos da tabela e, como tal, uma melhoria relativa das oportunidades de acesso à universidade de indivíduos oriundos de categorias sociais mais desprovidas de recursos: entre 1981 e 1998 os estudantes provenientes das fracções de classe da burguesia e da nova classe média assalariada vêm diminuir, embora de maneira nenhuma anular, a sua vantagem relativa nas probabilidades de acesso à universidade, por referência aos seus colegas oriundos das outras classes sociais. De resto, entre as fracções mais desprovidas de recursos, a classe dos empregados executantes destaca-se pela positiva (mesmo em relação aos trabalhadores independentes), correspondendo à fracção que mobiliza uma maior presença de trajectórias de mobilidade social ascendente.

Numa leitura complementar, importa ainda observar a distribuição diferencial dos recursos socioprofissionais segundo o sexo do progenitor.

É na categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento, a posição que concentra as distribuições modais, que se regista a maior proximidade entre as posições sociais do pai e da mãe dos estudantes. Como se observou, reúnem-se nesta posição social os trabalhadores por conta de outrem melhor providos de recursos qualificacionais, trabalhadores cuja posição social decorre fundamentalmente da posse desses recursos, daí que do ponto de vista das estratégias de reprodução familiar privilegiem para os seus filhos a acumulação de capital escolar. Citando Pierre Bourdieu (1997: 21): “as famílias são corpos animados por uma espécie de conatus, no sentido de Espinosa, quer dizer, por uma tendência para perpetuarem o seu ser social, com todos os seus poderes e os seus privilégios (...) Investem tanto mais na educação escolar (...) quanto mais é importante o seu capital cultural por comparação com o capital económico”.

No respeitante às restantes situações de classe, caracterizadas por uma maior heterogeneidade nos posicionamentos relativos de ambos os progenitores, é de sublinhar que as mães só são maioritárias na categoria de empregados executantes, a qual, convém sublinhar, concentra 34,9% da distribuição neste sexo. Esta é uma dominância que reflecte, aliás, algumas das componentes mais

fortes do processo de feminização socioprofissional que se vem consolidando em Portugal ao longo das últimas décadas.⁴

Relativamente aos pais, embora com um peso percentual mais elevado em todas as restantes posições sociais, marcam a sua presença sobretudo na categoria de empresários, dirigentes e profissionais liberais (com 26,5%), e também no operariado industrial (com 15,4%), duas categorias onde as mulheres são bastante minoritárias.

O peso relativo da categoria dos empregados executantes na estrutura de classes em Portugal, conduz a que ao perspectivar as diferentes posições assumidas pelos pais dos estudantes, ela detenha ainda uma presença significativa também neste sexo (maior ainda que o operariado industrial) Estas são duas categorias que, estando próximas em termos da estrutura e do volume de capital detido, evidenciam, no entanto, citando António Firmino da Costa (1999, 240):

“características e dinâmicas bastante distintas, nomeadamente quanto à especificação técnica do trabalho que executam, quanto ao contexto relacional do respectivo exercício, quanto às carreiras profissionais modais, quanto às tendências pesadas contemporâneas acerca do peso absoluto e relativo de cada uma, de carácter oposto, traduzindo-se num crescimento continuado da primeira e numa diminuição gradual da segunda: e, ainda, em conexão com tudo o referido, quanto à composição sexual dominante dos efectivos de uma e outra, isto é, acentuada prevalência feminina na categoria de empregados executantes e grande maioria masculina na de operários.”

Finalmente, para completar a caracterização estrutural das posições de classe do pai e da mãe e do grupo doméstico familiar, parece-me fundamental procurar saber de que forma a inserção no espaço das relações de classe, nestes dois níveis, se conjuga ainda com a posse de recursos educacionais. No quadro 3 esta análise é desenvolvida por referência ao indicador socioeducacional do grupo doméstico familiar, o qual sintetiza as distribuições do pai e da mãe nesta dimensão.

Como seria de esperar, a localização correspondente à nova classe média, onde se inserem os profissionais técnicos e de enquadramento, é a que mobiliza um maior volume de recursos sócio-educacionais. Esta é uma situação que analisada quer à luz das posições individuais de cada elemento do núcleo conjugal, quer tomando por referência o posicionamento social do grupo doméstico, reflecte um fechamento social familiar, nesta categoria, muito forte, já que a proporção de núcleos familiares com níveis de escolaridade inferiores é mínima, sobretudo quando posicionados nos graus que não ultrapassaram o ensino básico (estão nesta situação 6,4% destas mães e 11,6% destes pais, se considerarmos de forma agregada os níveis básico 1, 2 e 3).

Quanto aos empresários, dirigentes e profissionais liberais, também aqui os níveis de escolaridade pós-ensino básico, sobretudo o superior, dominam a distribuição de frequências (se perspectivar a inserção social familiar, estão aqui situados 61,2% destes grupos domésticos, dos quais 45,7% atingiu o ensino superior). Isto embora nesta categoria, e contrariamente à localização analisada anteriormente, não seja insignificante a presença de núcleos familiares cujos membros apenas atingiram a escolaridade primária.

⁴ A análise deste processo e das suas interdependências com outros, de âmbito demográfico, territorial, económico, educacional e cultural, também em curso na nossa sociedade, é desenvolvida com maior profundidade em Almeida, Costa e Machado, 1994; e em Machado e Costa, 1998.

Quadro 3 Níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem por classe social (percentagem em linha)

Classe sociais	Níveis de escolaridade do grupo doméstico				Total
	≤ Básico 1	Básico 2 e 3	Secundário	Superior	
<i>Pai</i>					
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	23,6	16,2	14,7	45,6	100,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	2,2	9,4	16,7	71,7	100,0
Trabalhadores Independentes	41,7	35,8	14,7	7,8	100,0
Empregados Executantes	22,5	35,0	25,9	16,6	100,0
Operários Industriais	57,6	27,5	11,9	3,0	100,0
Total	24,1	21,1	16,7	38,0	100,0
<i>Mãe</i>					
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	26,0	19,0	17,0	38,0	100,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	0,3	6,1	11,4	82,2	100,0
Trabalhadores Independentes	39,7	34,9	19,0	6,3	100,0
Empregados Executantes	23,1	31,7	25,6	19,6	100,0
Operários Industriais	62,1	22,4	10,3	5,2	100,0
Total	19,0	20,0	17,6	43,4	100,0
<i>Grupo doméstico</i>					
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	22,9	15,9	15,5	45,7	100,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	2,0	9,7	18,1	70,2	100,0
Trabalhadores Independentes	51,6	34,4	12,3	1,6	100,0
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	31,0	37,3	18,3	13,4	100,0
Empregados Executantes	27,8	43,4	26,3	2,5	100,0
Operários Industriais	73,5	21,1	4,8	0,7	100,0
Assalariados Executantes Pluriactivos	43,7	38,5	17,0	0,7	100,0
Total	24,1	21,3	16,7	37,9	100,0

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Para a construção do indicador socioprofissional familiar das localizações de classe dos grupos domésticos, segui as orientações de António Firmino da Costa, 1999 (ver sobretudo pp. 235-245). Nas situações em que o pai e a mãe não se posicionam no mesmo lugar de classe, considerei, simultaneamente as duas abordagens distinguidas pelo autor: 1) “a abordagem da dominância, isto é a atribuição ao grupo doméstico familiar da categoria de classe correspondente à do elemento que para ele contribui, em termos gerais, com maior volume de recursos (...) 2) a da conjugação, ou seja, da integração conjunta, na determinação das categorias de classe familiares, de referências relativas, não só a um, mas aos vários elementos da unidade familiar co-residente” (Idem: 237). Decore desta segunda abordagem as diversas categorias de classe familiar “pluriactivas”, as quais podem combinar o trabalho independente com o assalariamento (caso da categoria de TIpl) ou reunir as categorias do proletariado (AEpl).

Neste cruzamento a dispersão dos dados nas categorias que integram os indivíduos sem qualquer grau de escolaridade formal e na correspondente ao básico 2, levou-me a optar pela agregação dos valores correspondentes nos graus mais próximos. Para este efeito tomei por referência os resultados obtidos no índice de recrutamento escolar.

O predomínio dos níveis mais baixos de escolarização acentua-se de forma notória na categoria de trabalhadores independentes, em especial quando se toma por referência o indicador socioprofissional do grupo doméstico familiar. Já que nesta posição o segmento mais escolarizado se situa, fundamentalmente, nos núcleos que conjugam a actividade independente, sobretudo, do elemento do sexo masculino com o assalariamento feminino.

Nesta conjugação dos posicionamentos sociais de classe com a detenção por parte dos núcleos familiares de recursos sócio-educacionais específicos, os empregados executantes surgem claramente diferenciados das restantes categorias. Sendo, por um lado, menos escolarizados do que os profissionais técnicos de enquadramento, por outro lado, apresentam uma estrutura de distribuição dos recursos deste tipo bastante mais favorável do que os trabalhadores independentes e do que os operários (esta distância é particularmente notória nos níveis educacionais que se situam nos extremos da classificação).

Enfim, nesta categoria poderá suscitar alguma perplexidade imediata as diferenças que se evidenciam entre as posições individuais de classe do pai e da mãe, e as posições relativas ao grupo doméstico, onde são exíguos os agregados familiares que atingiram o ensino superior. A diluição destas situações quando se toma o grupo doméstico como unidade de análise vem, no fundo, confirmar o facto de ser nesta categoria que se evidencia um maior fluxo de trajectórias de mobilidade social ascendente, por via conjugal, sobretudo no sexo feminino. Esta é uma situação que envolve sobretudo as mães que, não tendo uma inserção socioprofissional qualificada (as empregadas executantes), detêm, no entanto, um nível de escolaridade equivalente ao secundário ou mesmo ao superior.

Para estas mães com alguns recursos sócio-educacionais mas com uma inserção profissional pouco qualificada parece assim aplicar-se o princípio evidenciado por François de Singly (1987: 171): “as mulheres procuram escolher um marido que lhes assegure uma ascensão social uma vez que tenham menos oportunidades de a realizar através da sua actividade assalariada”.

Na apresentação desta comunicação formulei algumas interrogações que procuravam apurar a influência das origens sociais na distribuição dos estudantes segundo a área científica e, ainda, por tipo de ensino. Chegou agora o momento de explorar esta vertente analítica.

Neste sentido, no quadro 4 analisa-se a estrutura de distribuição dos lugares de classe do grupo doméstico familiar por área científica.

Quadro 4 Origens de classe por área científica (percentagem)

Classes Sociais	Áreas científicas							Total
	Letras e Artes	Direito	Ciências Sociais	Economia e Gestão	Ciências Médicas	C. Naturais e Matemática	Engenharias	
<i>Grupo Doméstico</i>								
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	23,4	41,6	23,7	36,0	30,9	24,6	28,5	29,4
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	30,0	26,4	31,6	26,7	54,6	33,3	40,0	32,6
Trabalhadores Independentes	9,7	4,1	6,1	6,7	0,0	6,1	6,5	6,4
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	7,8	7,1	5,8	8,6	3,1	9,1	5,6	7,1
Empregados Executantes	10,9	8,6	13,7	10,0	7,2	7,2	10,4	10,2
Operários Industriais	9,4	7,6	9,1	4,7	3,1	13,6	4,2	7,5
Assalariados Executantes Pluriactivos	8,8	4,6	10,0	7,2	1,0	6,1	4,8	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os estudantes que frequentam a área de ciências médicas correspondem claramente ao segmento da população estudantil com origens sociais melhor providas de recursos. Dos alunos que frequentam esta área científica, 85,5% são provenientes das classes sociais dos empresários, dirigentes e profissionais liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento. O que significa que o acesso a esta área praticamente só está “aberto” às elites. Há aqui uma forte componente de reprodução social e fechamento social. Nesta óptica, a área que se posiciona imediatamente a seguir, com uma estrutura de distribuição do capital cultural e económico semelhante, corresponde às engenharias (na qual 68,5% dos estudantes são oriundos das posições dominantes da estrutura de classes sociais).

Estas são as duas áreas que integram a maior componente tecnológica e de investimento em equipamentos e manutenção, estando concentradas no ensino superior público. Correspondem aos segmentos de formação menos permeáveis ao risco de não conversão do capital escolar em recursos profissionais e qualificacionais. Os mercados respectivos estão ainda longe da saturação, pelo que as saídas profissionais têm uma probabilidade de sucesso muitíssimo elevada, nomeadamente devido à raridade do tipo de saberes e de prestações técnicas detidos por estes profissionais.

Os alunos inseridos nestas duas áreas estão pois predominantemente integrados em trajectórias estacionárias dirigidas a lugares da estrutura de classes homólogos aos dos respectivos grupos domésticos familiares (situação mais incidente nos estudantes de medicina) ou de mobilidade social ascendente (estes trajectos representam potencialmente cerca de 1/3 dos estudantes que frequentam as engenharias).

Quanto às origens de classe dos alunos que frequentam as restantes áreas científicas, destaca-se ainda em direito e em economia e gestão uma sobre-representação das classes sociais que detêm um maior volume de capital económico e social. Nestas áreas as origens sociais dos estudantes evidenciam assim uma inversão do peso percentual entre as duas categorias dominantes, prevalecendo as fracções de classe da burguesia (as quais apresentam valores percentuais superiores aos evidenciados nas distribuições analisadas anteriormente).

Estas são duas das áreas científicas privilegiadas pelo ensino superior privado (sobretudo a área de economia e gestão, a qual concentra cerca de 1/3 dos alunos matriculados neste tipo de ensino). Parece-me que podemos ver aqui a procura de conjugação do capital económico, dominante no grupo doméstico de origem, com o capital escolar e simbólico. A imagem de prestígio social associada ao direito, e também cada vez mais à economia (que recentemente instituiu uma ordem profissional), é certamente um factor que pesa nas estratégias individuais e familiares que conduzem os estudantes à frequência deste tipo de licenciatura.

Na área de economia e gestão, evidencia-se ainda uma forte correspondência entre a formação académica e os lugares de classe prevalecentes nos grupos domésticos de origem onde, para além das fracções de classe da burguesia, encontramos ainda alguma incidência de estudantes oriundos de grupos domésticos de trabalhadores independentes.

Esta última posição social tende a representar uma boa parte das origens sociais de classe dos estudantes que frequentam a área de letras e artes. É nesta área de formação e também na de ciências sociais, e na de ciências naturais e matemática, que se localizam uma boa parte dos estudantes que, do ponto de vista das origens sociais de classe, são provenientes das fracções mais desprovidas de recursos (para além dos trabalhadores independentes, uma classe que pode envolver situações mais heterogéneas, as categorias de assalariados dos serviços e da indústria, as quais no conjunto representam 46,6%, 44,7% e 42,0% das origens de classe dos estudantes que as frequentam, respectivamente).

Sendo estas as áreas que acolhem com maior frequência os estudantes com origens sociais mais baixas, não deixa de ser curioso notar que, entre as três, a que apresenta, apesar de tudo, uma distribuição melhor provida de recursos corresponda também a uma área com maior inserção no ensino público do que no privado (ciências naturais e matemática).

Em suma estarão aqui predominantemente localizados os estudantes que seguem trajectórias de mobilidade ascendente de maior alcance social, isto pressupondo que com alguma probabilidade integrarão no futuro a categoria socioprofissional de trabalhadores por conta de outrem correspondente aos profissionais técnicos e de enquadramento.

No quadro 5, esta análise é complementada com a distribuição das origens de classe dos estudantes por tipo de ensino.

Nos dois tipos de ensino predominam claramente as posições situadas no topo da estrutura de classes sociais. Neste ponto de vista, a inversão do peso percentual das duas primeiras categorias revela, no entanto, uma estrutura de distribuição de recursos um pouco diferente: mais forte do ponto de vista da mobilização de capital económico nas origens sociais dos estudantes que frequentam o ensino superior privado; com maior mobilização de recursos educacionais no superior público.

Quadro 5 Classes sociais por tipo de ensino (percentagem)

Classes sociais	Superior público	Superior privado	Total
<i>Grupo Doméstico</i>			
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	26,7	33,6	29,4
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	36,2	27,1	32,6
Trabalhadores Independentes	6,0	7,0	6,4
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	6,7	7,8	7,1
Empregados Executantes	9,8	10,8	10,2
Operários Industriais	8,8	5,5	7,5
Assalariados Executantes Pluriactivos	5,9	8,2	6,8
Total	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Constata-se, assim, que as principais diferenças entres os dois subsistemas de ensino público e privado, não radicam tanto de uma maior propensão deste último para o recrutamento de estudantes com origens sociais mais baixas. Num e outro tipo de ensino o peso relativo das categorias sociais menos providas de recursos não apresenta diferenças muito acentuadas. O que significa que a ter havido alguma mudança social com o alargamento da iniciativa privada neste nível de formação superior, esta reflecte apenas a maior oportunidade de acesso aos segmentos que, embora com uma inserção privilegiada do ponto de vista económico e social, não detinham um nível de escolaridade correspondente.

Os “protagonismos sociais contrastantes” entre as duas localizações de classe que “usufruem de maiores recursos e influência colectiva na sociedade portuguesa actual” (Machado e Costa, 1998: 38), têm assim continuidade nas diferentes propensões de uma e outra em acederem aos dois subsistemas de ensino público e privado.

Origens socioterritoriais

Nos resultados apurados no inquérito uma das constatações aponta para o facto de que a larga maioria dos estudantes reside ainda com a família nuclear de origem, e que muitos dos que estão deslocados acabam por ter na família a principal base da sua sustentação, o que por si só é motivo para que, mesmo nesta situação, a casa familiar seja frequentemente representada pelos próprios

como o lugar onde se localizam em termos socioespaciais, mesmo quando só têm a possibilidade de “ir a casa” em períodos de férias.

Neste sentido, para compreender melhor as condições sociais de origem dos estudantes parece-me importante procurar caracterizar os contextos socioterritoriais em que se movimentam.

O quadro 6 traça um primeiro panorama sobre as origens socioterritoriais dos estudantes por região da instituição de ensino, identificando também a proporção de deslocados segundo a região de proveniência.

Lisboa e Vale do Tejo e o Norte Litoral correspondem às regiões em que é maior a coincidência entre a região de residência do grupo doméstico de origem e a região da instituição de ensino (apenas cerca de 10% dos estudantes que frequentam estabelecimentos de ensino nestas regiões são provenientes de outros contextos territoriais).

Quadro 6 Região da instituição de ensino e estudantes deslocados por região de residência do grupo doméstico familiar (percentagem)

Residência grupo doméstico familiar	Região da escola					Deslocados		
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Sul e Ilhas	Total	Sim	Não	Total
Norte Litoral	90,2	6,3	1,8	1,8	100,0	19,8	80,2	100,0
Centro Litoral	31,2	53,0	11,8	4,0	100,0	48,6	51,4	100,0
Norte e Centro Interior	35,7	39,5	22,5	2,3	100,0	86,0	14,0	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	1,9	4,2	91,6	2,3	100,0	13,4	86,6	100,0
Sul e Ilhas	10,0	15,9	31,2	42,9	100,0	64,1	35,9	100,0
Outros países	40,0	16,7	36,7	6,7	100,0	56,7	43,3	100,0
Total	31,1	16,3	46,5	6,1	100,0	30,7	69,3	100,0

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

No conjunto representam 30,7% os estudantes que declaram estar deslocados da residência habitual para estudar. Destes, a maior proporção é oriunda das regiões Norte e Centro Interior e Sul e Ilhas. As regiões com menor oferta de ensino ao nível superior. Resta saber se uma vez concluída a formação estes estudantes poderão (ou quererão) encontrar nas regiões de origem saídas profissionais de alguma forma compensatórias do investimento envolvido na sua formação. Em função do regresso, ou não, dos (futuros) licenciados, poderão estar aqui subjacentes processos de recomposição sociodemográficos e socioprofissionais que ora poderão resultar num aprofundamento das assimetrias interregionais, ora na sua atenuação associada à requalificação da população activa das regiões mais carenciadas

Nesta comunicação observou-se já as variações dos índices de recrutamento socioeducacional e socioprofissional em função das posições relativas ocupadas em ambas as dimensões pelas famílias de origem dos estudantes. Haverá alguma variação se introduzirmos nesta análise a variável região de residência do grupo doméstico de origem? A confirmar-se esta variação, quais as regiões onde a probabilidade de acesso ao ensino superior é mais e menos elevada?

No quadro 7 esta reflexão é desenvolvida por referência aos índices de recrutamento regional, socioeducacional e socioprofissional, por região de residência do grupo doméstico de origem.⁵

⁵ Para a construção dos diferentes índices tomei por referência os resultados apurados pelo INE no Recenseamento Geral da População de 1981, relativos à população com 20-39 anos.

No índice de Recrutamento Regional assumi a unidade para o Norte e Centro Interior, a região que em termos relativos apresenta uma menor probabilidade de colocação na universidade. Nos outros índices, educacional e de classe, por forma a poder estabelecer comparações inter-regionais convencionámos a

Quando se toma por referência apenas o Índice de Recrutamento Regional, constata-se que não se evidenciam, de facto, grandes assimetrias inter-regionais. Neste ponto de vista, Lisboa e Vale do Tejo corresponde, no entanto, à região de residência do grupo doméstico que oferece maiores oportunidades de acesso ao ensino superior de licenciatura (com um IRR de 2,1). Nesta região, a distância entre os indivíduos oriundos de grupos domésticos menos providos de recursos educacionais e socioprofissionais e os que se encontram em situação oposta é de 1 para 15,0 e 1 para 13,6, respectivamente.

Quadro 6 Índice de recrutamento regional, socioeducacional e de classe por região de residência do grupo doméstico de origem

Residência do Grupo doméstico	Índices de Recrutamento									
	Regional (IRR)	Socioeducacional (IRE)				Classe (IRC)				
		≤ Básico	Básico 2 e 3	Secundário	Superior	OI	EE	TI	PTE	EDL
Norte litoral	1,5	1,0	2,6	4,8	21,9	0,8	3,8	2,6	17,2	17,2
Centro litoral	1,8	1,2	2,8	4,0	19,2	1,2	4,0	2,2	18,1	17,4
Norte e Centro Interior	1,0	1,3	3,5	3,8	19,8	1,3	5,8	1,6	19,8	21,3
Lisboa e Vale do Tejo	2,1	0,9	2,2	3,4	15,0	1,1	2,7	2,8	12,4	13,6
Sul e Ilhas	1,2	1,0	3,1	4,9	22,4	0,8	4,9	2,0	17,0	21,3
Total	-	1,0	2,6	4,0	18,5	1,0	3,6	2,1	15,6	16,5

Se tomar o índice de recrutamento regional, o Centro Litoral é a região que mais se aproxima de Lisboa e Vale do Tejo, muito embora aqui sejam já bastante mais vincadas as assimetrias intra-regionais quando equacionamos a análise a partir dos índices de recrutamento educacional e de classe.

Esta é uma tendência que se reforça quando se analisa as distribuições relativas à região Norte Litoral, a qual evidencia uma maior acentuação das clivagens sociais, pelo menos no plano sócio-educacional. O Norte Litoral, logo a seguir à região Sul e Ilhas, corresponde à localização territorial onde a probabilidade de acesso à universidade varia de forma mais acentuada em função do grau de escolaridade do grupo doméstico de origem dos estudantes (1,0 para 21,9, + 8 do que Lisboa e Vale do Tejo).

Estas diferenças mantêm-se quando se toma o índice de recrutamento de classe, embora não sejam tão vincadas. Neste óptica é de salientar o facto de na região Norte Litoral as posições relativas dos grupos domésticos localizados nas fracções de classe da burguesia e da nova classe média assalariada terem a mesma probabilidade de recrutamento (0,8 para 17,2 contra 1,1 para 12,4 e 13,6, no caso de Lisboa e Vale do Tejo).

O Norte Litoral corresponde a uma das regiões com melhor oferta (quantitativa e qualitativa) de ensino superior, o que parece pôr de lado a hipótese de as clivagens sociais sugeridas nos resultados obtidos em ambos os índices estarem associadas à carência de estabelecimentos ou de áreas específicas de formação. Este não é seguramente o caso das regiões Sul e Ilhas e Norte e Centro Interior, as regiões que evidenciam uma maior variação de acesso à universidade em função dos recursos escolares e socioprofissionais das famílias de origem dos indivíduos. Nestes contextos territoriais a concentração do recrutamento nos meios sociais com maiores recursos (respectivamente, 1 e 1,2 para 22,4 e 19,8 no caso do IRE; e 0,8 e 1,3 para 21,3 em ambas as regiões quando nos reportamos ao IRC), pelo menos em parte, poderá decorrer da existência de lacunas na oferta de ensino a este nível, as quais são particularmente evidentes no sector privado. Acresce ainda o facto de serem

atribuição do índice 1 ao valor total das distribuições localizadas no nível "≤ Básico 1" e na categoria de "Operários Industriais".

regiões menos desenvolvidas e mais despovoadas, onde as desigualdades sociais são mais acentuadas.

Nestas duas regiões é notória a localização “intermédia” dos grupos domésticos situados na categoria de empregados executantes, os quais, deste ponto de vista, se distanciam quer das categorias menos providas de recursos, como os assalariados da indústria e os trabalhadores independentes, quer das que ocupam melhores localizações na estrutura social.

Reflexões finais: questões em aberto sobre os processos de democratização do ensino ao nível superior

Nesta comunicação procurei analisar as repercussões das origens sociais nas trajetórias de escolarização superior. A análise desenvolvida realça o facto de que as origens sociais tendem a influenciar significativamente quer o acesso ao ensino superior, quer a própria distribuição dos alunos por área científica e tipo de ensino.

De forma genérica, o recrutamento da população estudantil que frequenta o ensino de licenciatura está predominantemente concentrado nas localizações de classe que detêm maiores recursos e influência na sociedade portuguesa actual. Isto embora se observe, paralelamente, um alargamento da base social de recrutamento, com o acesso ao ensino superior de indivíduos oriundos de famílias de classe com recursos sócio-educacionais e/ou socioprofissionais escassos.

A análise por tipo de ensino, não alterando de forma substantiva estas tendências globais, veio esclarecer algumas especificidades sobre as origens sociais das populações estudantis que frequentam os dois subsistemas: no ensino superior público a maior incidência no recrutamento de indivíduos oriundos da nova classe média assalariada; no ensino privado o maior peso numérico de indivíduos com origens sociais nas fracções de classe da burguesia.

Em particular este resultado parece-me trazer um elemento inovador, vindo contestar a ideia de que estaria sobretudo associada à iniciativa privada a maior “democratização” do ensino ao nível superior. Se, por um lado, é verdade que no ensino privado se encontra uma maior proporção de estudantes com origens sócio-educacionais bastante baixas, por outro lado, do ponto de vista das localizações de classe uma parte significativa destes mesmos estudantes são oriundos da categoria de empresários, dirigentes e profissionais liberais.

Num e outro subsistema, os estudantes com origens sociais mais baixas marcam uma presença que ilustra, apesar de tudo, o papel desempenhado pela escolarização na promoção de processos de recomposição social das populações e de transformação das sociedades contemporâneas. A estes estudantes é-lhes, no entanto, “vedada” a entrada a áreas de formação ditas “mais elitistas” como as ciências médicas e, também, pelo menos em parte, as engenharias, correspondentes aos domínios de maior investimento no ensino superior público. Logo, estão sobretudo concentrados nas áreas de ensino onde é maior o risco de não conversão do investimento em educação numa inserção socioprofissional qualificante.

O peso destes estudantes com origens sociais mais baixas e a sua canalização para determinadas áreas de formação (como as letras e artes e as ciências sociais) suscita-me assim algumas interrogações complementares.

É frequente associar-se a “desqualificação do diploma” nos contextos laborais – um processo evidenciado, segundo alguns, nas crescentes dificuldades de inserção profissional dos jovens recém-licenciados – a uma suposta “massificação” deste nível de ensino, em grande parte desencadeada pelo crescimento descontrolado (sem regulação estatal) da iniciativa privada neste domínio. Crescimento esse que subordinado a lógicas mercantilistas, não garantiu uma elevação do seu capital científico, quer ao nível dos corpos

docentes (Sérgio Grácio, 1998), quer ao nível das áreas de especialização técnico-científica e da distribuição regional.

Em que medida não serão estes os estudantes (futuros licenciados) que evidenciam maiores dificuldades de inserção profissional? Será que o diploma é por si só o garante de que, uma vez confrontados com contextos laborais mais exigentes, os licenciados, cuja aproximação à cultura dominante nesses domínios se fez quase que exclusivamente por via da escola e, eventualmente, das redes de sociabilidade aí criadas, irão conseguir pôr em prática as atitudes, os comportamentos e saberes (fazer, estar, ser..) esperados, no quadro da cultura organizacional? Ou seja, como se articulam as origens sociais, as trajectórias escolares (grau de escolaridade adquirido, área de especialização, tipo de ensino frequentado) e os perfis sociodemográficos (segundo o sexo e a idade, por exemplo) nos processos de inserção/exclusão profissional?

Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4, pp. 11–44.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição social e novos protagonismos”, in António Reis (coord.), *Portugal - 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Editions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.

Casanova, José Luís (1993), *Estudantes Universitários. Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, n.ºs 105/106, Vol. xxv, pp. 193–221.

Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA – Formação.

Grácio, Sérgio (1998), “Ensino privado em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp.: 129-153.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, pp. 189–209.

Machado, Fernando Luís, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa (1995), “Origens sociais e estratificação dos cientistas”, in AAVV, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora.

Singly, François de (1987), “Les effets pervers de la dot scolaire”, in *Fortune et Infortune de la Femme Mariée*, Paris, Presses Universitaires de France: pp. 166-186.